

Prezadas Leitoras e Prezados Leitores,

A Revista Cadernos de Pesquisa, neste numero especial de 2016, apresenta aos leitores um conjunto de artigos com ênfase na democratização do direito à educação, tema relevante do debate público na conjuntura nacional, principalmente pós Constituição de 1988, com registro de conquistas, retrocessos e crises, facilmente visíveis no movimento da base jurídico-normativa e nas ações programáticas de governos e instituições das subunidades (estados, municípios e Distrito Federal) da República Federativa do Brasil.

Trata-se de um embate histórico das forças sociais pela direção político-ideológica do Estado nacional, responsável pela regulação das políticas públicas. Essas forças conflitam-se e representam interesses diferentes e/ou antagônicos, ou seja: de um lado, encontram-se aqueles que defendem a abertura para o mercado capitalista (especialmente, a valorização do capital financeiro), o Estado mínimo e a educação como mercadoria, articulados com o poder da mídia dominante; e de outro, os movimentos populares, sindicatos e associações científicas que reivindicam do Estado a manutenção e realização das conquistas educacionais e a ampliação de garantias dos direitos humanos.

Nas duas últimas décadas, as pressões sociais dos movimentos progressistas e a relativa interlocução com o Poder Executivo e representantes políticos no Congresso Nacional permitiram o avanço de políticas educacionais por meio de programas de governo e conquistas no âmbito da formalização de direitos. Entre programas e base jurídico-normativa, lembra-se: Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, Plano de Ações Articuladas – PAR, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Programa Universidade para Todos – PROUNI, Sistema de Seleção Unificada – SISU, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, Ciência sem Fronteiras, Emendas Constitucionais nº 53/2006 e nº 59/2009, bem como a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e outros. No entanto, esses avanços formais e programáticos precisam ser acompanhados, aperfeiçoados e avaliados, quanto a sua assimilação e materialização nas instituições educativas e pelos sujeitos sociais. A pesquisa tem um papel importante nesse processo, apreendendo as respostas em realidades específicas e regionais.

Não se pode esquecer, que a aprovação do Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 (PNE 2014 – 2024) foi precedida de debate público com participação de representações de diversos movimentos sociais e instituições, no âmbito municipal ou intermunicipal, estadual e nacional, por meio da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010, tendo a Lei (nº 13.005/2014) oficializado o Fórum Nacional de Educação, também responsável pelo monitoramento e avaliação do referido Plano. Por meio do Plano Nacional de Educação, há indicativos para a construção de um sistema articulado de educação, respeitando a autonomia dos entes federados. No mesmo ano de aprovação do Plano, em 2014, realizou-se a CONAE 2014, já discutindo o PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação, com ênfase na participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração. Após, aproximadamente, dois anos de vigência do Plano Nacional de Educação 2014 – 2016 torna-se relevante perceber as bases conceituais não suficientemente assimiladas, as iniciativas do Estado nacional, de seus entes federados e das instituições educacionais, os temas desafiantes, as conquistas, as crises, as perspectivas abertas e a produção de conhecimentos já sistematizada.

Desse modo, esse número especial da Revista Cadernos de Pesquisa – RCP traz um conjunto de artigos na perspectiva de oferecer análises rigorosas de conceitos, de políticas e experiências educacionais que apontam para dilemas e indicativos para melhorias e concretização do direito educacional num processo de gestão democrática. Esses artigos resultam de perspectivas epistemológicas diversas, representando olhares diferentes da problemática educacional. Eles foram aperfeiçoados e submetidos à RCP, após debate público no VII Encontro de Educadores: pesquisas e experiências, cuja temática foi *Conjuntura Nacional e Democratização do Direito à Educação: crises, perspectivas e controle social*, realizado em São Luís – MA, em 2016, conjuntamente com o I Seminário de Educação Especial/Inclusiva, e encontram-se articulados com os temas das palestras e mesas temáticas.

Inicialmente, enfatiza-se o processo pedagógico da formação humana com o artigo *Educação e humanização na perspectiva da justiça social em Freire: diálogos convergentes e ampliados*, que analisa uma ação extensionista do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), relacionada ao Programa de Letramento Reescrevendo o Futuro (PLRF), elaborado com base em documentos e registros de atividades. Trata-se do desenvolvimento de um projeto com o tema Educação e Humanização, com foco no iletrismo das pessoas de baixa renda e excluídas socialmente, cujos resultados indicam baixa evasão, redução de indicadores negativos, letramento, inserção no ensino formal, aumento de autoestima e autorreconhecimento de seu inacabamento. Assim, põe-se em evidência a educação como um direito humano e um processo formativo de sujeitos históricos, que se apropriam e recriam a cultura, na relação social.

Um conceito relevante para se assimilar as políticas educacionais na conjuntura atual é o de democracia. Uma contribuição para defini-lo está presente no artigo *Razões históricas das formulações de John Dewey sobre democracia e educação escolar*, que examina a proposta educacional de John Dewey (1859-1952), no contexto histórico estadunidense, no transcorrer das décadas finais do século XIX e primeira metade do século XX, ressaltando o seu entendimento sobre a democracia e a educação escolar numa sociedade complexa. As autoras consideram que as formulações de Dewey respondem às demandas contraditórias da sociedade da época, com o desenvolvimento da indústria, da ciência, da tecnologia e da vida urbana, favorecendo a confiança no bem-estar humano numa sociedade em processo de mudança e em franco crescimento, apesar da existência de conflitos culturais, raciais, étnicos e classistas, porque colocava na ordem do dia o debate entre diferentes propostas de regulação das práticas individuais e coletivas. Por isso, Dewey postulou a via democrática de organização social, defendendo a escola como lócus singular de experiências educativas compartilhadas. Portanto, esse texto contribui para o esclarecimento e problematização do conceito de democracia presente nas políticas educacionais.

O artigo *A diversidade nas políticas educacionais no Brasil* discute o conceito e significado de diversidade nas políticas educacionais no Brasil e no mundo, pontuando a necessidade de analisar o contexto no qual tal tema é problematizado. Trata-se de uma pesquisa exploratória, orientada por revisão bibliográfica e documental, e tem por objetivo discutir a dimensão do conceito de diversidade presente nas políticas educacionais no Brasil, mas, também, a recorrência da ampliação e alcance do mesmo em estratégias voltadas a sua efetivação como direito e respeito às singularidades. Esse texto analisa o conceito e seus significados nas políticas educacionais, o alcance e limites, bem como discute algumas pontuações e recorrências. Ainda, o Paulo Gomes Lima problematiza que as políticas educacionais universalizantes e para a diversidade implicam na formação política do homem, não devendo ser reduzidas ao ideário particularizado de justiça social.

A Base Nacional Comum Curricular também é tema de debate público relevante na conjuntura nacional atual. Portanto, torna-se necessária maior inteligibilidade de referenciais curriculares que influenciam confrontos teórico-metodológicos. Uma perspectiva de abordagem teórica é apresentada no ensaio intitulado *Não existe pecado do lado de baixo do Equador: políticas de currículo, direito à educação e as escritas nunca escritas*. Trata-se de desdobramentos e conclusões, a partir da exposição em mesa temática no VII Encontro de Educadores/UFMA, tendo defendido as

autoras que os currículos podem ser conversas complicadas de William F. Pinar, que versam sobre cosmopolitismos, historicidades, subjetividades, alegorias e silêncios, podendo apresentar certa independência das disciplinas e planejamentos. Elas refletem que a proposta de unificar currículos implica em controle dos processos de conhecer e do conhecimento produzido e pode ser uma negação ao direito de aprendizagem. Por isso, trazem um debate derrideano sobre as noções de direito, decifrar e escrita como significados em disputa no campo das políticas curriculares contemporâneas e com base no pensamento de Boaventura de Sousa Santos concluem que há escritas hegemônicas com significados de modo prescritivo, que invalidam a alteridade e tornam invisível a diferença.

Uma temática bastante atual também é trazida para a reflexão por meio do artigo *Intergeracionalidade e docência: algumas reflexões*. A intergeracionalidade faz-se presente nos espaços sistemáticos e assistemáticos de educação, influenciando as relações entre discentes e docentes. Esse texto enfatiza o seu reconhecimento nas relações entre docentes em suas diferentes fases do ciclo de vida profissional, partindo do conceito de geração para relacionar a intergeracionalidade às modalidades de transmissão de saberes, em coexistência pacífica ou conflituosa, na construção da identidade profissional dos/as docentes. Assumindo a presença da intergeracionalidade no cotidiano da docência, as autoras propõem a desconstrução de verdades estáticas e uma postura de diálogo com pares, em tempos de vida pessoal e profissional, diferentes e diversos.

A formação e a valorização dos profissionais da educação tem sido um tema recorrente no debate educacional, muitas vezes como condicionante da qualidade do ensino. Muito se tem discutido diferentes enfoques teóricos de formação, incluindo aqueles que problematizam os saberes presentes. Nesse sentido, o artigo intitulado *Formação inicial do coordenador pedagógico: análises e reflexões dos saberes profissionais* analisa os saberes da formação inicial desse profissional. Considera que o cotidiano desse profissional é marcado por acontecimentos imprevisíveis, mobilizadores de saberes a cada nova situação. O texto trata de uma pesquisa realizada a partir de análise documental e entrevistas. Tendo como referências o pensamento dos autores Kuenzer (2006), Gauthier (1998) e Gimeno Sacristán (1999), as autoras discutem o problema e apreendem os saberes docentes, indicando a amplitude do processo formativo do coordenador pedagógico, uma vez que desafia as possibilidades de formação de um profissional para diversas funções, como docente, gestor e pesquisador.

No entanto, os estudos e pesquisas apresentados neste número especial da revista Caderno de Pesquisa representam olhares diferenciados da complexa realidade educacional, desenvolvendo-se com diferentes direções epistemológicas, permitindo uma reflexão abrangente dos problemas históricos e atuais, dos avanços, retrocessos, crises, disputa de projetos e novos desafios. Na perspectiva de indicar várias possibilidades, o artigo intitulado *Percurso e diversidade epistemológica da pesquisa em educação: tensionamentos e possibilidades* faz uma breve revisão do percurso epistemológico dos métodos de pesquisa em educação à luz de alguns autores e seus contributos a partir do século XVII. Não há pretensão de esgotar as várias possibilidades de estudos epistemológicos para pesquisa em Educação, mas apenas algumas direções, a exemplo do Círculo de Viena, da Escola de Frankfurt e a Dialética de Marx. Os autores Marcos Fernandes Sobrinho, Elisabete Alerico Gonçalves e Paula Silva Resende Fernandes consideram relevante o papel da teoria e problematizam a metodologia como aplicação de procedimentos e instrumentos de pesquisa.

Numa perspectiva histórico-dialética, coloca-se num terreno conflitivo as reformas da base normativa e a democratização da educação superior, no confronto dos interesses do sistema produtivo e das lutas sociais pelo direito educacional. Nessa perspectiva, muito se tem discutido a expansão e o acesso nesse nível de ensino, indicando a necessidade de superação de um elitismo marcante em sua história no território nacional. Assim, registram-se movimentos de avanço, retrocessos e requalificação do velho em propostas aparentemente novas. No propósito de tornar mais inteligível o momento atual, apresenta-se o artigo intitulado *Antecedentes históricos dos*

mecanismos seletivos para ingresso nos cursos superiores no Brasil: revisitando o passado, que reconstrói o percurso dos mecanismos seletivos para ingresso na educação superior do Império à década de 90 do século XX, com ênfase nas contradições, continuidades, rupturas e sentidos na democratização de oportunidades educacionais, relacionando com contextos políticos e econômicos. Esta pesquisa foi realizada com base em estudos bibliográficos e documentais (textos normativos) e as autoras Lucinete Marques Lima, Francisca das Chagas Silva Lima e Maria José Pires Barros Cardozo percebem nas diversas iniciativas reformistas da educação superior a tendência elitista, o ajustamento aos interesses capitalistas, embora havendo algumas assimilações de reivindicações de movimentos sociais e da academia, ainda não se efetivando a democratização das oportunidades educacionais.

Ademais, a reflexão amplia-se com o artigo sobre a *Expansão do ensino superior e precarização do trabalho docente: o trabalho do “horista” no ensino privado*. As autoras consideram positiva a valorização da educação superior para o desenvolvimento da economia, no contexto da globalização e da reestruturação produtiva, mas problematizam a precarização das relações no trabalho docente horista do ensino superior privado. Essa precarização do trabalho docente tem evidência em questão salarial com a “flexibilização” dos contratos trabalhistas, bem como, na intensificação do trabalho docente, justificado pela exigência de “produtividade”, ou seja, o quanto o docente produz em termos de aulas ministradas, orientações concluídas e em andamento, publicações em periódicos qualificados e outras atividades quantificáveis. Portanto, estudos sobre esse tema tornam-se imprescindíveis.

A formação e o trabalho docente no ensino médio representam temas desafiantes na educação brasileira, requerendo novos rumos. Nesse sentido, o artigo *Políticas de formação de professores e docência no ensino médio brasileiro* discute as relações entre as principais políticas de formação de professores e a precarização das condições de trabalho docente no ensino médio, focalizando o movimento histórico a partir da década de 1990. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, enfatiza as principais determinações postas à formação de professores, desde a aprovação da Lei nº 9.394/1996. O estudo indica a necessidade de investir em políticas que integrem formação, carreira, remuneração e condições dignas de trabalho e a existência de diferentes tipos de organização da formação docente, assim como de uma diversidade de instituições que contribuem para a precarização do trabalho docente. No entanto, defende que o professor também pode se constituir em um novo tipo de trabalhador intelectualizado, formando-se numa perspectiva contrahegemônica, dominando além dos conhecimentos exigidos pelo capital, aqueles que lhe permitam uma visão crítica do mundo, das relações sociais e de produção.

Na sequência, apresenta-se um texto sobre o conceito de currículo integrado com o título *Ensino Médio Integrado no Instituto Federal do Rio Grande do Norte: a perspectiva dos professores*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e dialética, realizada com fontes documentais, questionários e entrevistas, com o objetivo de analisar como o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) vem realizando, segundo a visão dos próprios docentes, a proposta curricular dos cursos de ensino médio integrado em Eletrotécnica, Edificações, Agroecologia, Alimentos e Informática. Entre os resultados, os autores destacam que não ocorre apropriação da concepção e fundamentos do currículo integrado pelos professores e as práticas pedagógicas relatadas não materializam essa concepção, apesar de registro de algumas ações didáticas nessa direção, sem planejamento coletivo.

A democratização do direito educacional requer a inclusão da diversidade e das diferenças nas políticas e práticas institucionais. Nesse sentido, o artigo *Educação Especial/Inclusiva no Brasil: demandas contemporâneas* analisa, especificamente, as demandas que emergem do processo de implantação da política de inclusão na Educação Especial no Brasil, focalizando as referentes aos novos sujeitos, a formação e prática, o currículo e o atendimento educacional na educação inclusiva. O texto tem por base pesquisas, realizadas em municípios do Estado do Pará, análise de documentos e levantamento bibliográfico sobre a educação inclusiva no Brasil. A autora considera a necessidade de se evidenciar as demandas, problematizar a política e indicar pistas, caminhos

teóricos e metodológicos para a inclusão escolar e social do estudante público-alvo da Educação Especial.

Em relação a essa temática, o artigo *Por que cultura surda? Sentidos e significados na educação de alunos surdos* discute a educação de estudantes surdos na perspectiva da educação bilíngue, enfatizando as concepções de cultura ao longo das experiências sociais vividas pela humanidade e a questão da constituição das identidades no mundo globalizado e administrado pela lógica capitalista. Tendo como referencial de análise a Teoria Crítica da Sociedade e a escola como espaço de reflexão e crítica às ações de dominação cultural, as autoras valorizam processos educativos de alunos surdos que respeitem as singularidades da língua e cultura da comunidade surda e o bilinguismo como opção metodológica de atendimento às demandas dos alunos surdos na organização de escolas bilíngues.

O movimento das políticas de Educação Inclusiva no Brasil é percebido no artigo com o título *A educação especial no Maranhão: apontamentos históricos* que reflete sobre a trajetória da Educação Especial no Estado do Maranhão, enfatizando a institucionalização do campo de conhecimento na Secretaria de Educação, desde as primeiras iniciativas ao ano de 2002. As autoras apresentam análise documental realizada em registros do órgão estadual de educação, relacionam o desenvolvimento da Educação Especial com o ensino regular, registram a criação de setores e especificam os serviços oferecidos, o processo de encaminhamento e evidenciam a relação público/privado. Também, apresentam um quadro cronológico do desenvolvimento da educação Especial no Maranhão, sem desconsiderar suas conexões com a política nacional.

As lutas e conquistas do direito à educação fazem parte da história brasileira, que se desenvolve pela participação de sujeitos sociais. Entre estes, comumente, destacam-se aqueles denominados de intelectuais, reconhecidos pelo registro de uma produção, sua trajetória e capacidade de enfrentamento de desafios sociais. Desse modo, torna-se relevante apreender a história desses intelectuais, considerando o lugar onde se desenvolveram e desenvolvem as suas práticas, envolvendo posicionamentos sociais e relações de poder. Portanto, neste número especial, torna-se relevante mostrar o papel dos intelectuais na construção do debate educacional, principalmente aquelas sempre esquecidas - a mulher-professora. Esta é a temática central do artigo intitulado *Intelectuais e construção histórica do debate educacional: a perspectiva do sujeito mulher professora*. Esta ausência tem conduzido o estudo da autora, que destaca os elementos excludentes, apresentando sua voz, em fontes pouco usuais, na pesquisa histórica. Tomando como referência o pensamento de Bourdieu (1993) e Boudon (1993), a pesquisadora considera o sujeito mulher-professora, enquanto intelectual, no debate educacional maranhense a partir do século XIX.

Em seguida, também, abordando a contribuição dos intelectuais, temos o artigo *Os intelectuais e o debate educacional: pensar a educação e o Piauí*. O texto aborda a ação dos intelectuais no campo educacional a partir da análise da segunda parte da obra *A Instrução Pública no Piauí*, publicada em 1922. O autor faz uma análise das concepções de educação dos intelectuais nessa obra e busca compreender o seu propósito de intervenção na realidade, já que a obra se insere em um projeto de reforma educacional. Adota como referências para análises os autores Xavier (2016), Vieira(2011), Bourdieu (1989) e Gomes e Hansen (2016).

A educação infantil tem sido tema problemático na educação brasileira, tanto pela negação do direito com a não garantia do acesso na rede pública de ensino, quanto pelos processos pedagógicos desenvolvidos nas práticas institucionais, com implicações na formação e na concepção do trabalho docente. Portanto, tornam-se relevantes estudos e pesquisas que produzam conhecimentos em realidades históricas específicas e subsidiem a formulação de políticas educacionais e projetos formativos. Nesse sentido, uma contribuição encontra-se no artigo intitulado *Interesse das crianças, pedagogia de projetos e metacognição: artes de governar a docência na educação infantil*, que analisa os discursos sobre docência na Educação Infantil presentes em relatórios de estágio de acadêmicas de um Curso de Licenciatura em Pedagogia. Com base no pensamento de Michel Foucault, os autores Rodrigo Saballa de Carvalho e Bianca Salazar Guizzo consideram

os discursos presentes nos relatórios como produções históricas desenvolvidas a partir de uma matriz pedagógica composta por diferentes proposições teóricas sobre formação de professores. Esse estudo indica que os discursos sobre docência evidenciam o respeito aos interesses das crianças, o trabalho com a pedagogia de projetos e o desenvolvimento da prática do “aprender a aprender” como regimes de verdade, ancorados no ideário escolanovista e requalificado na forma de pedagogias contemporâneas de Educação Infantil.

Ademais, o texto *Protagonismo infantil, desafios éticos e metodológicos na pesquisa com crianças* focaliza o desenvolvimento de pesquisa com a participação de crianças da Educação Infantil. Num diálogo com estudiosos da sociologia da infância (CORSARO, 2011; SARMENTO, 2003; QVORTRUP, 2011), as autoras consideram a criança como ator social, historicamente situado, que nas interações com seus pares e com o contexto social produz cultura. Destacam a necessidade da busca de estratégias éticas e metodológicas para compreender como as crianças narram, significam e recriam suas experiências, interagindo com os pares e produzindo as culturas da infância.

Nesse número especial de 2016 da Revista Cadernos de Pesquisa – RCP, pretendeu-se trazer temas históricos e atuais presentes no debate educacional, com dívidas históricas, avanços e limites no campo das políticas educacionais, requerendo maiores aprofundamentos da pesquisa educacional e conquistas numa perspectiva da democratização do direito educacional.

Lucinete Marques Lima

Professora UFMA